

Consultor do Grupo de Acompanhamento da Ação da Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida da Direção-Geral da Saúde, em representação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, desde fevereiro de 2014.

Vogal, em representação da Administração, na Comissão Paritária dos Trabalhadores da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, desde dezembro de 2013.

Membro do Working Group Equality Law in Practice da European Network of Equality Bodies — EQUINET, desde fevereiro de 2013.

Membro do Conselho Coordenador da Avaliação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, desde fevereiro de 2012.

Membro da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, em representação do membro do Governo responsável pela área da igualdade, desde julho de 2011.

Chefe de Divisão da Divisão de Assuntos Jurídicos da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, desde março de 2009.

Conselheiro para a Igualdade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social durante o XVIII Governo Constitucional.

Membro do Grupo de Trabalho de Apoio à Entidade Coordenadora do IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica, durante o XVIII Governo Constitucional.

Membro da Secção Interministerial do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, durante o XVIII Governo Constitucional.

Coordenador da Equipa Interdepartamental para a Igualdade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, durante o XVIII Governo Constitucional.

Coordenador da Equipa de Projeto de conceção e implementação do Plano de Ação para a Igualdade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, durante o XVIII Governo Constitucional.

Adjunto do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação no XVIII Governo Constitucional, com responsabilidades, entre outras, pela conceção, preparação e redação dos diplomas da iniciativa daquele gabinete, assim como de outros diplomas estruturantes das reformas introduzidas nas áreas das pessoas com deficiências e das crianças e jovens em risco, para além do acompanhamento e anotação das agendas e reuniões de Secretários de Estado e do Conselho de Ministros, bem como do apoio jurídico ao trabalho desenvolvido, nas áreas de intervenção do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, para a Comissão de Acompanhamento do PO Temático Potencial Humano, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional — QREN.

Conselheiro Geral do INATEL — Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, I. P., como representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, durante o XVII Governo Constitucional.

Assessor do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação no XVII Governo Constitucional, com funções na área jurídica, nomeadamente como responsável pelas iniciativas legislativas das políticas para a deficiência, para as crianças e jovens em risco, para a família, para o voluntariado e, ainda, na área da cidadania e igualdade de género em matérias que envolviam a atuação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Iniciou a sua atividade profissional na administração pública em 2001, como Técnico Superior de 2.ª classe na Unidade de Apoio Jurídico e de Contencioso do Departamento de Recursos Humanos do Instituto da Segurança Social, I. P., passando para a categoria de Técnico Superior de Apoio Especializado — Jurídico e Contencioso, onde ascendeu à categoria de Assessor.

Após a conclusão do estágio profissional na Ordem dos Advogados do Conselho Distrital de Coimbra, desempenhou o cargo de Diretor dos Serviços Jurídicos da Locadora Santander Central Hispano, S. A., tendo exercido advocacia, a tempo parcial, até 2003.

#### IV — Formação complementar:

Frequentou diversos cursos, seminários, congressos e ações de formação, de onde se destaca:

Legística: Preparação Técnica e Redação de Leis e Regulamentos (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, 2014).

Técnico de Apoio à Vítima — Formação de agentes qualificados/as que atuam no domínio da Violência Doméstica e/ou prevenção e revitimização desta (União de Mulheres Alternativa e Resposta — UMAR, 2013).

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, 2013).

Formação Teórico-Prática — Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (anoGov, 2013).

Ação Formativa — Direitos Humanos e Envelhecimento (Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2012).

Ciclo de Conferências — Situações Familiares de Rutura: a Violência Doméstica (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2012).

(Des)Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens — Uma experiência aplicada (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2012).

Curso de Formação Profissional — Formação Avançada — A revisão do Código dos Contratos Públicos pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho (Gatewit Training Center, 2012).

Curso de Formação Profissional — Formação Prática — FC1 — Compras Públicas PRO (Gatewit Training Center, 2012).

DASH (2009) — Domestic Abuse, Stalking, Harassment and Honour Based Violence — Masterclass Risk Training (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2012).

DEGÉNERO — Diploma de Especialização em Mainstreaming do Género nas Políticas Públicas (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, 2011).

Meios de Resolução Alternativa de Litígios: identificar a discriminação, promover a igualdade (ILGA, Portugal, 2011).

Legal Seminar — Approaches to Equality and Non Discrimination Legislation Inside and Outside the EU (European Commission — Justice DG, 2011).

The Anti-Discrimination Directives 2000/43 and 2000/78 in practice (Academy of European Law — ERA, 2011).

Curso Novas Tendências em Gestão de Saúde (Formação de Executivos da Faculdade de Ciências e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, 2010).

Conferência Internacional — A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: um desafio para a igualdade e autonomia (Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., 2009).

1.º Seminário Legal da EQUINET sobre Não Discriminação (European Network of Equality Bodies — EQUINET, 2009).

A avaliação dos serviços no SIADAP: construção dos QUAR através do BSC (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, 2008).

Curso de Formação Profissional de Técnicas de Inquirição (Instituto da Segurança Social, I. P., 2007).

Tem o Curso de Formação Profissional Pedagógica Inicial de Formadores, tendo desempenhado tais competências como formador interno eventual do Instituto da Segurança Social, I. P., na área do direito administrativo, como formador interno da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género na área da violência doméstica e de género, como formador externo da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, na área da cidadania, igualdade de género e não discriminação, e como orador do Centro de Estudos Judiciários na área da violência contra as mulheres e violência doméstica.

312107056

#### Despacho n.º 2239/2019

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de Motorista do meu gabinete, Paulo Manuel Silvério Ramos, da carreira e categoria assistente operacional, do mapa de pessoal do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são suportados pelo serviço de origem, mediante acordo deste, e pelo meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2019.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

19 de fevereiro de 2019. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Rosa Filomena Brás Lopes Monteiro*.

#### Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Paulo Manuel Silvério Ramos  
Data de nascimento: 18 de maio de 1971.

II — Formação:

12.º Ano de escolaridade.

## III — Experiência profissional:

Março de 2017 a outubro de 2017: exerceu as funções de motorista do Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, no XXI Governo Constitucional, tendo desempenhado as suas funções com profissionalismo, eficiência, zelo e responsabilidade, de onde resultou um reconhecimento por meio de público louvor, publicado no *Diário da República*.

Novembro 2015 a março 2017: exerceu as funções de motorista do Subdiretor e Diretora da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT).

Julho 2013: exerceu as funções de motorista do Secretário de Estado do Emprego do XIX Governo Constitucional.

Agosto 1997: exerceu as funções de motorista do Vice-Presidente e Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I. P.).

Outubro 1994: exerceu as funções de motorista da Presidente da Comissão de Coordenação do Fundo Social Europeu.

312107445

**Despacho n.º 2240/2019**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnica Especialista do meu gabinete, a licenciada Ana Paula Moura de Oliveira.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada desempenhará funções de assessoria jurídica.

3 — O estatuto remuneratório da designada é o de adjunto de gabinete, conforme o n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2019.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

19 de fevereiro de 2019. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Rosa Filomena Brás Lopes Monteiro*.

**Nota Curricular**

## I — Dados pessoais:

Nome: Ana Paula Moura de Oliveira  
Data de nascimento: 02 de outubro de 1962

## II — Habilitações académicas:

Pós-graduação em Migrações, Intereticidades e Transnacionalismo pela Universidade Nova de Lisboa, 2007.

Pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica Portuguesa, 1997.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 1987.

## III — Experiência profissional:

Adjunta do Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, do departamento governamental do Ministro-Adjunto, no XXI Governo Constitucional, com responsabilidades nas áreas das Migrações, Proteção Internacional e Comunidades Ciganas.

Coordenadora do Gabinete de Apoio às Políticas Locais, no Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.), em cujo contexto se enquadraram, a *Rede dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade*; a 1.ª edição de *Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*, O *Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade* e o *Toolkit* para a conceção de Planos Municipais (setembro de 2013 a novembro de 2015).

Coordenadora da *Rede Nacional de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (Rede CLAI)*, no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI, I. P.), considerada uma boa prática, em 2012, quer pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos, quer pela Academia (dezembro 2008 a setembro 2013).

Colaboradora do Gabinete da Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural no âmbito do *Programa Português para Todos*, iniciativa conjunta da Presidência do Conselho de Ministros, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministério da Educação (maio a novembro de 2008).

Consultora da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP/MNE), responsável pela coordenação operacional do Projeto EQUAL *Migrações e Desenvolvimento*, em cujo âmbito foram criados os *Pactos Territoriais para o Diálogo Intercultural*,

considerados como boa prática autárquica pela *Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes*, gerida pela Fundação Calouste Gulbenkian (janeiro de 2002 a março de 2008).

Técnica de Formação do Instituto para a Inovação na Formação — INOFOR, no âmbito do Sistema de Acreditação de Entidades Formadoras (1999 a 2001).

Coordenadora da Área de Transferência e Valorização do Conhecimento da Unidade de Gestão de Tecnologia e Inovação, no Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária (ITEC) (1993 a 1999).

Coordenadora do Núcleo de Avaliação Jurídico-Formal de candidaturas ao Programa 2 do PEDIP e responsável pelas relações jurídicas com a comunidade internacional e coordenação da formação profissional interna no Centro de Formação Profissional do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI) — Ministério da Indústria e Energia (1988 a 1992).

## IV — Formação complementar:

Frequentou diversos cursos, seminários, congressos e ações de formação, dos quais se destaca:

*Curso de Formação Especializada em Igualdade de Género* (ICSP, CIEG, 2018). *Seminário de Especialização — Refugiados, Direitos Humanos e Acolhimento: Perspetivas Nacionais e Internacionais* (ISCTE, 2017).

*Curso Breve sobre Direito dos Refugiados e da Proteção Internacional na União Europeia* (Universidade Nova de Lisboa, 2016).

*Programa Avançado de Recursos Humanos — PARH* (Universidade Católica Portuguesa, 1999).

*Curso Geral de Gestão* (Universidade Nova de Lisboa, 1998).

Estágio profissional na Ordem dos Advogados do Conselho Distrital de Lisboa (1987/89).

312107145

**Despacho n.º 2241/2019**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnico Especialista do meu gabinete, Virech Lacmane Maugi, da carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o designado desempenhará funções de assessoria para as políticas públicas em matéria de migrações e fundos comunitários ou internacionais de idêntica natureza.

3 — O estatuto remuneratório do designado é o de adjunto de gabinete, conforme o n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2019.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

19 de fevereiro de 2019. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Rosa Filomena Brás Lopes Monteiro*.

**Nota Curricular**

## I — Dados pessoais:

Nome: Virech Lacmane Maugi.  
Data de nascimento: nascido em 12 de maio de 1975.

## II — Habilitações académicas:

Licenciatura em Relações Internacionais — Universidade Lusitana de Lisboa.

## III — Experiência profissional:

Coordenador do Núcleo de Gestão do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) da Equipa de Fundos e Apoio Financeiro do ACM, I. P., tendo como principais atividades e responsabilidades no quadro da Autoridade Delgada do Fundo para Asilo, a Migração e a Integração (FAMI):

Gestão da Equipa do Núcleo de Gestão do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), da Equipa de Fundos e Apoio Financeiro;

Gestão e acompanhamento do ciclo do projeto desde da aprovação à fase de encerramento no âmbito das competências delegadas no âmbito do Objetivo Específico 2 — Integração/Migração legal do FAMI, que pretende dar resposta a três Objetivos Nacionais previstos no Programa Nacional;